



**RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021**



Índice

Relatório de Atividades	3
Nota Prévia	3
Perspetiva Global da Instituição	3
Área da Saúde	4
Área Social	4
Área Cultural	4
Perspetiva para o ano de 2022	4
Proposta de Aplicação de Resultados	5
Eventos Subsequentes	5
Informações Exigidas por Diplomas Legais	5
Agradecimentos	5
Demonstrações Financeiras	7
Balança	7
Demonstração de Resultados	8
Demonstração de Fluxos de Caixa	9
Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Ativos Fixos Tangíveis	16
5. Ativos Intangíveis	18
6. Inventários	19
7. Rédito	19
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	20
9. Benefícios dos Empregados	20
10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	22
11. Outras Informações	22
11.1. Investimentos Financeiros	22
11.2. Créditos a receber	24
11.3. Outros ativos correntes	25
11.4. Diferimentos	26



11.5. Caixa e Depósitos Bancários-----	26
11.6. Fundos Patrimoniais -----	27
11.7. Financiamentos Obtidos-----	27
11.8. Fornecedores -----	28
11.9. Estado e Outros Entes Públicos-----	29
11.10. Outros Passivos Correntes-----	29
11.11. Fornecimentos e Serviços Externos-----	30
11.12. Outros Rendimentos -----	30
11.13. Outros Gastos-----	31
11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos -----	31
11.15. Juros e Rendimentos similares Suportados-----	31
11.16. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes -----	32
11.17. Acontecimentos após a data do Balanço-----	32
Anexo Auxiliar-----	33
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo -----	33
2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”-----	34
3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde -----	35
4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social-----	36
5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais-----	37
6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde-----	38
7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social-----	39



Relatório de Atividades

Nota Prévia

O ano de 2021, tal como o período homólogo, foram anos atípicos a nível mundial, marcados pela pandemia de COVID-19 (também conhecida como pandemia de coronavírus). A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) e foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na localidade de Wuhan - República Popular da China. Além dos impactos normais associados a uma pandemia, elevado número de infetados e de óbitos, a COVID-19 obrigou ao “fecho” das economias, originando graves impactos sociais e económicos.

Perspetiva Global da Instituição

Sendo a Misericórdia de Anadia uma instituição que tem na sua génese a prestação de serviços no seio da comunidade, a sua atividade, tal como no ano transato, foi globalmente afetada pela pandemia devido ao encerramento de valências/serviços e à diminuição de utentes, o que se fez notar no seu desempenho económico/financeiro.

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2021 ascende a 338.636,19€, verificando-se um aumento de cerca de 134.000,00€ face ao período homólogo.

As vendas e prestação de serviços normalizaram e atingiram valores normais pré-pandemia.

As principais rubricas de gastos continuam a ser “Gastos com Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos”.

	2021	2020
Vendas e serviços prestados	6.536.544,07	6.029.424,53
Subsídios, doações e legados à exploração	1.125.771,45	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-737.867,46	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	-2.305.911,48	-2.296.203,76
Gastos com pessoal	-4.012.141,14	-3.671.439,73
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-860,92
Outras imparidades (perdas/reversões)	-18,16	26,44
Outros rendimentos	263.318,53	129.073,55
Outros gastos	-286.423,11	-252.654,27
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	583.272,70	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-233.130,40	-242.029,92
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-350.142,30	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	136,91	93,22
Juros e rendimentos similares suportados	-11.643,02	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	338.636,19	205.423,23
Juros e rendimentos similares suportados	0,00	36,92
Resultado Líquido do Período	338.636,19	205.423,23



Área da Saúde

A área da saúde continua a ser a atividade com maior expressão económica e financeira da Instituição, constatamos que se verificou um esperado aumento da receita em cerca de 526.000,00€.

Da totalidade do valor apresentado na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, 2.706.402,56€ dizem respeito à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro e o montante de 1.370.872,74€ corresponde à faturação da Unidade de Cuidados Continuados à mesma entidade.

A nível de gastos, é de salientar um aumento nos mesmos que se deveu essencialmente ao material necessário para proteção individual de funcionários e clientes e ao aumento exponencial do custo dos artigos anteriormente referidos.

Área Social

Através de uma rápida análise à Demonstração de Resultados por Natureza podemos facilmente verificar que, comparando os dados de 2021 e 2020, se verificou um decréscimo de 2% na rubrica “Vendas e Serviços Prestados” que se deve essencialmente ao facto de as respostas sociais da Infância terem estado encerradas em determinados períodos do ano devido à imposição decretada pelo Governo e ao facto de nesses mesmos períodos, por decisão da Mesa Administrativa, não terem sido cobrados valores a quem não foi prestado serviços.

O Centro de Dia reabriu em junho, com limitações no espaço e número de utentes a frequentar que se reduziu em cerca de 60%, aguardamos que em breve possamos voltar a funcionar na normalidade.

Área Cultural

Uma vez que esta área não apresenta receita, o seu resultado é composto por gastos em fornecimentos externos e gastos com pessoal.

Perspetiva para o ano de 2022

O principal objetivo da Instituição para o ano de 2022 passa pela manutenção das valências da Instituição num elevado padrão de qualidade dos serviços prestados mantendo a racionalização de custos que se vem verificando em anos anteriores.

Uma vez que os gastos com o pessoal continuam a ser um dos custos com maior peso para a SCMA e não estando prevista uma redução dos mesmos, pretende-se rentabilizar ao máximo os meios existentes de modo a não colocar em causa a sustentabilidade financeira da Instituição.

As perspetivas para 2022, encontram-se vertidas no Plano de Atividades e Orçamento aprovado em Assembleia Geral, no entanto, neste momento, e dada a



atual subida de preços dos combustíveis prevê-se o não cumprimento dos valores orçamentados, nomeadamente nos géneros alimentares, combustíveis e gás.

Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido positivo do período de 338.636,19€ evidenciado na apresentação das contas de 2021, propomos que seja levado à conta de “Resultados Transitados”.

Eventos Subsequentes

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2021 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

- ✓ Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pela grande capacidade de adaptação a uma realidade completamente desconhecida e, agradece a sua disponibilidade, entrega e resiliência;
- ✓ Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- ✓ Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- ✓ Aos restantes Órgãos Sociais e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio demonstrado;
- ✓ Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que prestaram;
- ✓ Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- ✓ A empresas e/ou particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.



Anadia, 14 de março de 2022

A Mesa Administrativa:

(Provedor: Eng. Carlos António Soares de Matos)

(Vice-Provedor: Nelson Castro e Silva)

(Tesoureiro: Jorge Manuel Santos Castro)

(Secretário: Serafim Manuel Oliveira Pina)

(Vogal: António Manuel Henriques Pereira)

(Vogal: Delfim Manuel Costa Martins Cabeço)

(Vogal: Osvaldo Pereira Dias)



Demonstrações Financeiras

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	2.680.209,92	2.805.751,88
Ativos intangíveis	5	1.456,22	5.445,04
Investimentos financeiros	11.1	54.815,48	41.076,00
Subtotal		2.736.481,62	2.852.272,92
Ativo corrente			
Inventários	6	114.256,75	121.227,60
Créditos a receber	11.2	1.120.910,02	1.241.108,25
Estado e outros Entes Públicos	10.10	2.626,97	8.147,56
Diferimentos	11.4	15.880,80	28.310,37
Outros ativos correntes	11.3	1.099.674,38	1.024.770,01
Caixa e depósitos bancários	11.5	2.024.652,60	1.498.022,19
Subtotal		4.378.001,52	3.921.585,98
Total do ativo		7.114.483,14	6.773.858,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	11.7	3.106.156,99	2.900.733,76
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	517.328,48	517.328,48
		4.543.838,56	4.338.415,33
Resultado Líquido do Período		338.636,19	205.423,23
Total dos fundos patrimoniais		4.882.474,75	4.543.838,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.8	328.791,52	446.767,04
Outras dívidas a pagar	12.9	15.013,71	15.013,77
Subtotal		343.805,23	461.780,81
Passivo corrente			
Fornecedores	11.9	337.294,93	397.651,61
Estado e outros Entes Públicos	11.10	107.396,75	97.420,19
Financiamentos obtidos	11.8	189.321,84	160.903,56
Diferimentos	11.4	16.012,40	13.012,40
Outros passivos correntes	11.11	1.238.177,24	1.099.251,77
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.888.203,16	1.768.239,53
Total do passivo		2.232.008,39	2.230.020,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.114.483,14	6.773.858,90

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Demonstração de Resultados

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	6.512.336,77	6.008.804,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.125.771,45	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-737.867,46	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-2.214.320,82	-2.208.199,87
Gastos com o pessoal	9	-4.012.141,14	-3.671.439,73
Outras Imparidades (perdas/reversões)	11.2	-18,16	-834,48
Outros rendimentos	11.3	195.935,17	61.690,19
Outros gastos	11.14	-286.423,11	-252.654,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		583.272,70	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	-233.130,40	-242.029,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		350.142,30	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	11.15	136,91	93,22
Juros e gastos similares suportados	11.16	-11.643,02	-12.383,02
Resultados Antes de Impostos		338.636,19	205.423,23
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do Período		338.636,19	205.423,23

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Demonstração de Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	6.532.535,00	5.609.260,46
Pagamento a fornecedores	-3.108.137,48	-3.077.949,26
Pagamentos ao pessoal	-3.927.008,20	-3.664.904,69
Caixa gerada pelas operações	-502.610,68	-1.133.593,49
Outros recebimentos/pagamentos	1.069.223,26	1.010.765,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	566.612,58	-122.827,61
Fluxos de caixa das atividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-13.146,65	-25.610,00
Ativos intangíveis		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	164.817,71	211.690,19
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)	151.671,06	186.080,19
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		16.970,85
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-180.010,21	-159.195,27
Juros e gastos similares	-11.643,02	-12.383,02
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	-191.653,23	-154.607,44
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	526.630,41	-91.354,86
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.498.022,19	1.589.377,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.024.652,60	1.498.022,19

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

cc 90744



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, fundada em 1908, por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, um dos mais influentes políticos portugueses das últimas décadas da Monarquia e chefiou o governo da nação durante vários anos.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Esta Instituição tem a sua sede na Rua Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia, com NIPC 501 229 574 exercendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas de Saúde, Terceira Idade e Infância.

Na área da Saúde, detém desde 1 de janeiro de 2015, o Hospital José Luciano de Castro através de Acordo de Cooperação com a ARS Centro, em parceria de gestão com a União das Misericórdias Portuguesas, e desde essa data que, tem por missão, oferecer à população cuidados de saúde diferenciados.

Na área da Terceira Idade dispõem de duas Estruturas Residências para Idosos (Lar José Luciano de Castro e Lar Seabra de Castro) e presta serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Na área da Infância, a SCM Anadia presta serviços de Creche e Pré-Escolar.

A Instituição detém ainda, no seu Palacete Seabra de Castro, o Museu José Luciano de Castro que se encontra aberto à comunidade com exposições permanentes e outras itinerantes.

No ano de 2020, a SCM Anadia deu início a um novo projeto “Anadia Maior” no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL nº 158/2009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03 que é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);



- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes*” (Notas 11.3) e “*Diferimentos*” (Nota 11.4)

Consistência na Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras

Anexos Financeiros



influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	6-14
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-14
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

Handwritten signatures and notes in blue ink.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Ativos não correntes detidos para Venda (ANCDV)

Os ANCDV são classificados como detidos para venda se a respetiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo uso continuado

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

A venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições

A gestão está comprometida com um plano de venda.

É expectável que a venda se realize num período de 12 meses

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia estimada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Provisões

Periodicamente, a SCMA analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra acima referido.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Resultados Transitados, ou seja, resultados gerados em períodos anteriores, e



- Ajustamentos/Outras Variações, decorrentes de donativos monetários recebidos e do processo de transição da Norma das ESNL.

Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59	-	-	-	-	156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.440.773,50	16.334,40	-	23.290,41	-	3.480.398,31
Edifícios e outras construções - PI	428.473,52	-	-	(16.896,12)	-	411.577,40
Equipamento básico	1.206.327,45	20.974,28	-	-	-	1.227.301,73
Equipamento de transporte	195.155,69	-	-	-	-	195.155,69
Equipamento administrativo	108.352,39	4.635,72	-	-	-	112.988,11
Outros ativos fixos tangíveis	26.499,74	-	-	-	-	26.499,74
Investimentos em curso	23.568,42	24.575,40	-	(23.568,42)	-	24.575,40
Total	5.605.845,51	66.519,80	-	(17.174,13)	-	5.655.191,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções - AFT	1.339.131,69	77.050,91	-	-	-	1.416.182,60
Edifícios e outras construções - PI	217.235,45	8.246,49	-	(771,81)	-	224.710,13
Equipamento básico	822.702,47	116.395,89	-	-	-	939.098,36
Equipamento de transporte	123.600,34	26.599,00	-	-	-	150.199,34
Equipamento administrativo	84.284,42	8.483,88	-	-	-	92.768,30
Outros ativos fixos tangíveis	26.271,37	209,20	-	-	-	26.480,57
Total	2.613.225,74	236.985,37	-	(771,81)	-	2.849.439,30



Alfonso Jesus
[Handwritten signatures]

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21	-	-	-	-	20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59	-	-	-	-	156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.480.398,31	-	-	-	-	3.480.398,31
Edifícios e outras construções - PI	411.577,40	-	-	-	-	411.577,40
Equipamento básico	1.227.301,73	100.758,89	-	-	-	1.328.060,62
Equipamento de transporte	195.155,69	-	-	-	-	195.155,69
Equipamento administrativo	112.988,11	2.260,72	-	-	-	115.248,83
Outros ativos fixos tangíveis	26.499,74	580,01	-	-	-	27.079,75
Investimentos em curso	24.575,40	-	-	-	-	24.575,40
Total	5.655.191,18	103.599,62	-	-	-	5.758.790,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais - PI	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções - AFT	1.416.182,60	78.412,11	-	-	-	1.494.594,71
Edifícios e outras construções - PI	224.710,13	8.246,49	-	-	-	232.956,62
Equipamento básico	939.098,36	107.688,83	-	-	-	1.046.787,19
Equipamento de transporte	150.199,34	26.599,00	-	-	-	176.798,34
Equipamento administrativo	92.768,30	8.159,45	-	-	-	100.927,75
Outros ativos fixos tangíveis	26.480,57	35,70	-	-	-	26.516,27
Total	2.849.439,30	229.141,58	-	-	-	3.078.580,88

A SCMA detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira (nota 11.7):

Descrição	2021			2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	90.452,97	3.229,17	87.223,80	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	90.452,97	3.229,17	87.223,80	-	-	-

Em Assembleia Geral realizada em 30 de Novembro de 2020 foi autorizada pelos Irmãos a venda dos imóveis sítos em Espinho e Moita (Anadia, tendo sido alienado em 2021 o imóvel sito em Espinho pelo valor de 115.000,00€.

Descrição	2021	2020
Casa de Habitação, Moita	15.352,50	15.376,11
Casa de Habitação, Espinho	-	748,20
Total	15.352,50	16.124,31



Em outubro de 2021, a Mesa Administrativa tomou conhecimento de que haviam sido legados a esta Instituição, em testamento por Cremilde Rodrigues Marques, 35 prédios rústicos sitos nas freguesias de Sangalhos, Vilarinho do Bairro e União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas. Na presente data, a Mesa Administrativa já efetuou pedido de levantamento topográfico dos mesmos e respetiva avaliação para que nos seja possível contabilizar o seu justo valor uma vez que de acordo com o SNC o Valor Patrimonial Tributável (VPT) é um critério de mensuração não previsto na norma ESNL.

É ainda importante ressaltar que na rubrica “Edifícios e outras construções – AFT” consta o Edifício afeto ao HLJC que se encontra hipotecado conforme nota 11.7.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	11.487,75	5.044,55	-	-	-	16.532,30
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	11.487,75	5.044,55	-	-	-	16.532,30

5.445,04

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Programas de Computador	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	21.977,34	-	-	-	-	21.977,34
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	16.532,30	3.988,82	-	-	-	20.521,12
...	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	16.532,30	3.988,82	-	-	-	20.521,12



6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2020	2021
Géneros Alimentares	4.391,66	3.724,84
Material Clínico	80.848,71	79.862,89
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	15.362,49	21.242,78
Produtos Farmacêuticos	20.624,74	9.426,24
Total	121.227,60	114.256,75

CMVMC	2020	2021
Saúde	-394.364,31	-489.518,96
Social	-118.801,13	-248.348,50
Total	-513.165,44	-737.867,46

Os inventários referem-se ao *stock* físico existente na SCMA em 31/12/2021 e em 31/12/2020, é composto essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e material administrativo.

7. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	76.740,80	68.312,18
Terceira Idade	776.012,82	799.056,14
Saúde - Hospital	5.637.737,95	5.115.099,28
Quotas e Joias	4.418,50	4.398,50
Outros rendimentos	17.426,70	21.937,90
...	-	-
Total	6.512.336,77	6.008.804,00

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço.

As prestações de serviços da SCM Anadia na área social sofreram um aumento na área da Infância de 10% que se deveu a um período menor em que os serviços estiveram encerrados comparativamente com o ano de 2020 e um decréscimo na Terceira Idade de 2%, essencialmente devido ao encerramento de serviços já referido anteriormente.

Na área da saúde constatamos que se verificou um esperado aumento da receita devido à retoma da totalidade dos serviços prestados.

Na componente hospitalar, no que respeita à produção realizada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), o rédito é reconhecido no momento da realização das cirurgias e mensurado pelo valor indicado nos vales cirúrgicos cativados. Eventuais ajustes face à codificação dos atos praticados, nos



termos da portaria que regula os preços, são prudentemente registados quando validados por parte da Administração Regional de Saúde (ARS) e respetivo hospital de origem.

Atividade	Designação	2021	2020
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta Externa	427.945,06	449.034,30
	Cirurgia ambulatório	2.143.457,60	2.122.407,08
	Incentivos	134.999,90	134.998,68
SIGIC	Cirurgia ambulatório	832.919,51	529.244,84
Atividade Convencionada	MCDT	531.227,50	324.595,14
Atividade Própria	Consulta Aberta	196.315,64	181.112,76
Atividade Própria	UCC	1.370.872,74	1.373.706,48
Total		5.637.737,95	5.115.099,28

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	1.002.204,13	971.809,62
Centro Regional de Segurança Social	1.002.204,13	971.809,62
Infância e Juventude	300.318,35	265.865,24
Terceira Idade	701.885,78	705.944,38
...	-	-
Apoios do Governo	123.567,32	63.732,93
IEFP - POC	11.117,63	209,19
ISS - Programa Adapta Social +	7.115,07	3.999,07
ISS - CLDS 4G - Anadia Maior	92.181,44	50.093,79
Município de Anadia	6.000,00	7.250,00
Outros	7.153,18	2.180,88
Total	1.125.771,45	1.035.542,55

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apresenta como objetivos principais a promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis. O seu financiamento será de aproximadamente 340.000,00 na totalidade estatal, assegurado na íntegra pelos fundos reservados para o programa em apreço. Relativamente ao ano de 2021 foi apurado um valor de gastos de 94.133,30€ ficando ainda disponível para os próximos 2 anos o valor aproximado de 195.000,00€.

9. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2021 foi de 18 elementos e em 2020, 18 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.



O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 230 e em 2020 foi de 241.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	3.193.478,05	2.900.424,32
Indemnizações	-	20.000,00
Encargos sobre as Remunerações	689.145,83	632.494,70
Caixa Geral de Aposentações	109.174,88	112.796,08
Segurança Social	578.847,58	518.565,33
Fundo de Compensação	1.123,37	1.133,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21.370,51	18.261,07
Outros Gastos com o Pessoal	108.146,75	100.259,64
Total	4.012.141,14	3.671.439,73

Handwritten signatures and notes in blue ink.

O aumento que se verifica nos Gastos com Pessoal prende-se essencialmente com o aumento do salário mínimo nacional de 635€ para 665€, bem como com a contratação de elementos que se encontravam em regime de prestação de serviços na área da saúde, por forma a ficarem afetados a 100% à Instituição dada a impossibilidade de mobilidade entre unidades hospitalares.

A 31/12/2021 a SCMA contava com os seguintes recursos humanos no seu quadro de pessoal:

SAÚDE	Trabalhadores de Serviços Gerais	41
	Assistentes Administrativos	17
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	13
	Técnicos Superiores	5
	Enfermeiros	21
	Diretor-Coordenador	1
	Médicos	1
	Outros	5
SOCIAL	Infância	
	Educadoras de Infância	5
	Auxiliares	11
	Trabalhadores de Serviços Gerais	4
	Terceira Idade	
	Auxiliares	55
	Trabalhadores de Serviços Gerais	14
	Técnicos Superiores	7
	Apoio às diversas respostas sociais	
	Trabalhadores de Serviços Gerais	4
	Trabalhadores afetos à cozinha	11
	Enfermeiros	2
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	2	
Outros	2	



CULTURA	Técnicos Superiores	1
ANADIA MAIOR	Técnicos Superiores	4
APOIO ADMINISTRATIVO	Assistentes Administrativos	2
	Técnicos Superiores	1
	Diretor-Coordenador	1
		230

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Araújo" and a date "29/11/2021".

No momento o quadro da instituição conta ainda com cerca de 25 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros	2021	2020
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - FCT	48.768,01	35.010,37
Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-24,39	-6,23
Total Líquido	54.815,48	41.076,00

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na "Agrofelgue, Lda" sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Associação' and various initials.

Os investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2020

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-19	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-20
Agrofelgue, Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25

31 de Dezembro de 2021

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-20	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-21
Agrofelgue, Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25

Os saldos e transações com a associada "Agrofelgue, Lda" apresentam-se no quadro seguinte:

Transações	2021	2020
Rendas	12.000,00 €	12.000,00 €
Saldos	2021	2020
Empréstimos concedidos	1.643,26 €	1.643,26 €
Contas a receber	24.000,00 €	12.000,00 €

B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-21	31-dez-20
Método Justo valor		
Ações CCAM	100,00	100,00
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	1.585,21
Outros Investimentos - FCT	48.768,01	35.010,37
	50.702,62	36.944,98
Perdas por imparidade acumuladas	-24,39	-6,23
Sub-Total	50.678,23	36.938,75
Total Líquido	50.678,23	36.938,75

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas,



permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

11.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Créditos a receber		
Utentes	70.702,96	40.718,53
Clientes e Utentes factoring	1.050.207,06	1.200.389,72
Clientes	1.050.207,06	1.200.389,72
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	-	-
Total	1.120.910,02	1.241.108,25

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes		
ARS CENTRO	407.598,91	240.154,41
Hospitais - SIGIC	633.400,99	893.779,11
Clientes Gerais	1.801,72	17.747,62
Avenças	7.217,94	48.555,58
Seguradoras	187,50	153,00
Utentes	70.702,96	40.718,53
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	-	-
Total	1.120.910,02	1.241.108,25

O saldo do cliente “ARS Centro” deve-se essencialmente aos valores referentes a dezembro da U.C.C. e a parte dos MCDT’s que foram faturados no final do ano, estando o mesmo a ser regularizado a 120 dias (aproximadamente).

O saldo “Hospitais-SIGIC”, é relativo a dívidas de hospitais públicos resultante da atividade cirúrgica desenvolvida pela SCMA, no âmbito do Sistema Integrado de



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Acácio Soares' at the top right.

Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), programa de combate às listas de espera para cirurgia

11.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Outras Entidades - reembolsos pedidos	11.684,23	11.684,23
Ministério da Educação	26.632,24	10.926,63
ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior	73.130,05	34.685,79
Outros Devedores	6.443,64	4.433,17
Faturação a ACSS e ARS	645.952,39	628.468,11
Faturação SIGIC	296.455,72	306.447,77
Rendas a cobrar	24.000,00	12.000,00
Ativos correntes detidos para venda		
Casa de Habitação, Moita	15.376,11	15.699,07
Casa de Habitação, Espinho	-	425,24
Total	1.099.674,38	1.024.770,01

A rubrica “ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior” refere-se aos montantes reconhecidos como subsídios, que se encontram deduzidos dos montantes recebidos.

A “Faturação a ACSS e ARS” continua a apresentar um elevado valor pois inclui o montante do acréscimo de rendimentos no valor de 3.075.933,79€ (3.058.449,51€ em 2020), dos quais 2.706.402,56€ (2.706.440,06€ em 2020), dizem respeito à produção efetuada e ainda não faturada conforme o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, e que se encontra compensado com os adiantamentos efetuados por aquela entidade no montante de 2.429.981,40€ (2.429.981,40€ em 2020), por não serem suscetíveis de retorno, considerando que os serviços foram efetivamente prestados.

Importa sublinhar que o montante do acréscimo inclui a verba relativa aos Incentivos à produção contratada no valor de 134.999,90€ (134.999,82 € em 2020), montante que carece do cumprimento do Índice Global do Desempenho, tal como definido no Acordo de Cooperação.

No entanto, pese embora as solicitações da SCMA, a ARS, a exemplo de anos anteriores, não divulgou ainda a totalidade dos indicadores de desempenho. Contudo, é entendimento da SCMA, que mesmo que os referidos indicadores não sejam atingidos na sua plenitude, não está em causa o pagamento dos Incentivos, a exemplo de anos anteriores.

A faturação SIGIC corresponde a atos cirúrgicos praticados, ainda não validados pela ARS e por isso não faturados (nota 7).

O valor presente na rubrica “Ativos não Correntes Detidos para Venda” no ano de 2020 diz respeito a duas casas de habitação sitas em Moita (Anadia) e Espinho, cuja



alienação foi autorizada em Assembleia Geral realizada em 30 de Novembro de 2020, estando concluído o processo de alienação relativo à casa de habitação de Espinho pelo valor de 115.000,00€ (nota 11.12).

Descrição	2021	2020
Casa de Habitação, Moita	15.352,50	15.376,11
Casa de Habitação, Espinho	-	748,20
Total	15.352,50	16.124,31

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	12.985,91	13.906,56
Contratos de manutenção	2.193,79	2.632,71
Proteção Dados - Responsável contratado	701,10	701,10
Projeto Gestão de Informação - Sinergi	-	11.070,00
Total	15.880,80	28.310,37
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	1.012,40	1.012,40
Quotizações	15.000,00	12.000,00
Total	16.012,40	13.012,40

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	2.150,00	1.846,39
Depósitos à ordem	596.435,27	1.097.534,76
Depósitos a prazo	1.550.000,00	500.000,00
Outros - Conta Utentes	(123.932,67)	(101.358,96)
Total	2.024.652,60	1.498.022,19

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 2.150,00€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.
- ✓ A conta designada “Outros - Conta Utentes”, cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF’s procedeu-se à compensação dos saldos.



Assinaturas manuscritas em azul

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01 janeiro 2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2021
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	2.900.733,76	205.423,23	-	3.106.156,99
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	517.328,48	-	-	517.328,48
Total	4.338.415,33	205.423,23	-	4.543.838,56

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2021 salienta-se o seguinte:

- ❖ O aumento na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2020 conforme deliberação em Assembleia Geral de 24 de maio de 2021.

Assinatura manuscrita em azul

11.7. Financiamentos Obtidos

No ano de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizada a hipoteca do Edifício Hospital José Luciano de Castro com o objetivo de poder contratar um financiamento bancário para fazer face aos elevados gastos inerentes às obras de requalificação do HJLC, nomeadamente as obras na Unidade de Cuidados Continuados e na Medicina Física e de Reabilitação.

Deste modo, foi contratado um financiamento bancário com a Instituição de Crédito – "Caixa Económica Montepio Geral" no montante de 1.000.000,00€, a ser amortizado em 74 prestações mensais, tendo tido o seu início em Agosto de 2018.

Foi constituída hipoteca legal sobre o edifício afeto ao HJLC com um MMA de 4.000.000€.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	163.648,44	281.920,72	445.569,16	160.903,56	446.767,04	607.670,60
Locações Financeiras	22.543,86	36.512,23	59.056,09	-	-	-
Total	186.192,30	318.432,95	504.625,25	160.903,56	446.767,04	607.670,60
Empréstimos Bancários						
Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	163.648,44	281.920,72	445.569,16	159.195,27	13.370,25	172.565,52
De um a cinco anos	-	-	-	435.105,08	53.481,00	488.586,08
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	163.648,44	281.920,72	445.569,16	594.300,35	66.851,25	661.151,60

Devido ao desgaste do equipamento de Raio-X existente para a realização de MCDT's, em outubro de 2021 foi adquirido um novo equipamento especializado para a valência de Imagiologia no valor de 90.500,00€.



O mesmo foi adquirido em regime de locação financeira por um período de 3 anos (36 prestações), sendo o valor da prestação mensal de 2.170,41€ à exceção da 1ª prestação que ascendeu a 13.567,95€.

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Equipamento Básico	17.831,70	77,06	17.908,76	-	-	-
Total	17.831,70	77,06	17.908,76	-	-	-

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	20.431,70	371,51	20.803,21	-	-	-
De um a cinco anos	37.980,18	272,70	38.252,88	-	-	-
Total	58.411,88	644,21	59.056,09	-	-	-

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	337.294,93	397.651,61
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	337.294,93	397.651,61

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	141.787,79	0,00	81.524,23	113.982,91	337.294,93
	141.787,79	0,00	81.524,23	113.982,91	337.294,93

Não sendo prática habitual desta Instituição o pagamento a fornecedores num período superior a 90 dias da data das faturas, é possível verificar um saldo de 112.805,62€ que respeita a obras executadas no HJLC que já se encontram totalmente terminadas, contudo, o referido valor encontra-se reservado a título de garantia.



Alcides Leão

[Handwritten signatures]

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.626,97	8.147,56
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.626,97	8.147,56
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS)	34.143,90	29.485,45
CGA	11.200,35	11.099,72
Segurança Social	60.818,48	55.654,71
Outras Tributações - FCT e FGCT	1.234,02	1.180,31
Total	107.396,75	97.420,19

O ativo no valor de 2.626,97€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do valor do IVA em todas as faturas da alimentação.

As restantes rubricas correspondem a encargos referentes ao mês de dezembro cujo pagamento só é exigido nos meses seguintes.

11.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar	-	583.678,64	-	506.783,16
Honorários a liquidar	-	134.770,86	-	157.945,54
Quotização da UMP	-	269.401,73	-	233.108,24
ARS - Taxas Moderadoras	-	171.788,52	-	112.200,75
ARS - Compensação Investimento não amortizado	15.013,71	35.031,98	15.013,77	35.031,92
Outros credores	-	43.505,51	-	35.398,26
Total	15.013,71	1.238.177,24	15.013,77	1.099.251,77

A sub-rubrica “Remunerações a pagar”, refere-se a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022.

A sub-rubrica “Honorários a liquidar” refere-se essencialmente a serviços prestados por colaboradores, cujos serviços foram efetuados em dezembro de 2021, mas que de acordo com as regras em uso apenas foram faturados no início de 2022.

A sub-rubrica “Quotização da UMP ” refere-se ao reconhecimento do gasto relativo à quota parte dos resultados positivos alcançados na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.13).



A sub-rubrica – “ARS – Taxas Moderadoras”, refere-se ao valor cobrado aos utentes que tem que ser entregue à ARS conforme estipulado no Acordo de Cooperação.

A sub-rubrica – “ARS – Compensação Investimento não amortizado”, refere-se ao valor dos ativos conforme descrito na Nota 4., e que deverá ser paga à ARS durante o período de vigência do Acordo de Cooperação (10 anos com início em 2015).

A sub-rubrica “Outros credores” respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo em relação a um conjunto de despesas (eletricidade, água e outras), que são gastos de 2021 mas que apenas foram faturadas em 2022.

11.11. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	349.271,93	504.517,18
Serviços especializados	1.465.994,32	1.349.019,84
Materiais	63.933,39	63.879,21
Energia e fluídos	225.141,31	199.955,12
Deslocações, estadas e transportes	5.160,61	1.590,74
Serviços diversos (*)	104.819,26	89.237,78
Seguros	34.150,86	31.859,13
Limpeza, higiene e conforto	17.385,48	18.368,07
Comunicação	16.268,98	18.969,54
Total	2.214.320,82	2.208.199,87

Verificou-se uma diminuição em cerca de 155.000,00€ em subcontratos que se deveu em parte ao facto de em novembro de 2020 ter cessado o contrato de fornecimento de alimentação com a empresa ITAU, S.A., o que originou em contrapartida, um maior valor no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

11.12. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.543,34	3.098,81
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	141.717,46	47.228,38
Rendimentos suplementares - Venda de Madeira	15.600,00	-
Outros rendimentos e ganhos	36.074,37	11.363,00
Total	195.935,17	61.690,19

A Rubrica rendimentos suplementares respeita a venda de madeira.

A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” refere-se ao valor das rendas cobradas do património imobiliário que se encontra em regime de arrendamento e aos ganhos obtidos na venda do imóvel de Espinho.



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Miguel Lucas' and several illegible signatures.

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” inclui essencialmente donativos em dinheiro e espécie no valor de 19.117,46€ e 12.628,77€ .

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Taxas	2.459,37	2.364,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	47,11	41,51
Gastos e perdas investimentos não financeiros	4.000,90	5.796,25
Outros Gastos e Perdas	7.514,00	8.343,65
Quotizações à UMP	272.401,73	236.108,24
Total	286.423,11	252.654,27

A sub-rubrica “*Quotizações à UMP*” no montante de 272.401,73€ (236.108,24€ em 2020) refere-se ao reconhecimento do gasto do ano de 2021, referente à quota parte dos resultados positivos alcançadas na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.11).

11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos

A rubrica de “*Juros e rendimentos similares obtidos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	136,91	93,22
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	136,91	93,22

11.15. Juros e Rendimentos similares Suportados

A rubrica de “*Juros e rendimentos similares suportados*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	11.451,76	12.383,02
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	191,26	-
Total	11.643,02	12.383,02

O valor apresentado refere-se a juros referentes ao financiamento bancário contraído em 2017 no montante de 1.000.000,00€ e a locação financeira contraída em outubro de 2021 no montante de 73.539,00€.



11.16. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi intentada ação de responsabilidade civil por ato médico (negligência médica) contra a SCMA e Hospital José Luciano de Castro, no valor de cerca de 595 mil euros. O Hospital tem seguro de responsabilidade civil para atos médicos, pelo que a seguradora foi chamada ao processo. A SCMA e o HJLA refutam e não aceitam a existência de negligência médica alegada, pelo que consideram remota a possibilidade de vir a ser condenada.

Aguarda-se prolação de despacho saneador e marcação de julgamento.

11.17. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 14 de Março de 2022.

A
[Handwritten signatures and initials in blue ink]



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

Anexo Auxiliar

1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	6.512.336,77	6.008.804,00
Subsídios, doações e legados à exploração	1.125.771,45	1.035.542,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-737.867,46	-513.165,44
Fornecimentos e serviços externos	-2.214.320,82	-2.208.199,87
Gastos com o pessoal	-4.012.141,14	-3.671.439,73
Outras imparidades (perdas/reversões)	-18,16	-834,48
Outros rendimentos	195.935,17	61.690,19
Outros gastos	-286.423,11	-252.654,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	583.272,70	459.742,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-233.130,40	-242.029,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	350.142,30	217.713,03
Juros e rendimentos similares obtidos	136,91	93,22
Juros e gastos similares suportados	-11.643,02	-12.383,02
Resultados Antes de Impostos	338.636,19	205.423,23
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	338.636,19	205.423,23



2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”

	Saúde	Social	Cultura	"Anadia Maior"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	5.661.945,25	874.598,82	0,00	0,00	6.536.544,07
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	1.033.590,01	0,00	92.181,44	1.125.771,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-489.518,96	-247.561,83	0,00	-786,67	-737.867,46
Fornecimentos e serviços externos	-2.063.917,09	-225.250,31	-1.041,18	-15.702,90	-2.305.911,48
Gastos com pessoal	-2.197.590,31	-1.721.084,68	-15.822,42	-77.643,73	-4.012.141,14
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	-18,16	0,00	0,00	-18,16
Outros rendimentos	784,35	262.534,18	0,00	0,00	263.318,53
Outros gastos	-282.189,29	-4.233,82	0,00	0,00	-286.423,11
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	629.513,95	-27.425,79	-16.863,60	-1.951,86	583.272,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-117.553,43	-115.576,97	0,00	0,00	-233.130,40
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	511.960,52	-143.002,76	-16.863,60	-1.951,86	350.142,30
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	136,91	0,00	0,00	136,91
Juros e gastos similares suportados	-11.643,02	0,00	0,00	0,00	-11.643,02
Resultado Antes de Impostos	500.317,50	-142.865,85	-16.863,60	-1.951,86	338.636,19
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	500.317,50	-142.865,85	-16.863,60	-1.951,86	338.636,19



3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde

	2021	2020
Vendas e serviços prestados	5.661.945,25	5.135.719,81
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-489.518,96	-394.364,31
Fornecimentos e serviços externos	-2.063.917,09	-1.868.503,69
Gastos com pessoal	-2.197.590,31	-2.043.005,06
Outros rendimentos	784,35	1.846,32
Outros gastos	-282.189,29	-246.514,37
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	629.513,95	585.178,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-117.553,43	-139.880,36
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	511.960,52	445.298,34
Juros e gastos similares suportados	-11.643,02	-12.383,02
Resultado Antes de Impostos	500.317,50	432.915,32
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	500.317,50	432.915,32

Assinatura: [Handwritten signature]

Assinatura: [Handwritten signature]

Assinatura: [Handwritten signature]



4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social

	2021	2020
Vendas e serviços prestados	874.598,82	893.704,72
Subsídios, doações e legados à exploração	1.033.590,01	985.448,76
ISS, IP - Centros Distritais	1.033.590,01	971.809,62
Outros	0,00	13.639,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-247.561,83	-118.670,73
Fornecimentos e serviços externos	-225.250,31	-417.035,54
Gastos com pessoal	-1.721.084,68	-1.566.180,75
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-860,92
Outras imparidades (perdas/reversões)	-18,16	26,44
Outros rendimentos	262.534,18	127.227,23
Outros gastos	-4.233,82	-6.139,90
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-27.425,79	-102.480,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-115.576,97	-102.149,56
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-143.002,76	-204.630,25
Juros e rendimentos similares obtidos	136,91	93,22
Resultado Antes de Impostos	-142.865,85	-204.537,03
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	-142.865,85	-204.537,03

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alfonso José' and 'Coordenador'.



5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais

	Saúde	Infância	Terceira Idade	Cultura	"Anadia Maior"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	5.661.945,25	77.580,32	797.018,50	0,00	0,00	6.536.544,07
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	303.669,16	729.920,85	0,00	92.181,44	1.125.771,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-489.518,96	-29.336,11	-218.225,72	0,00	-786,67	-737.867,46
Fornecimentos e serviços externos	-2.063.917,09	-26.940,67	-198.309,64	-1.041,18	-15.702,90	-2.305.911,48
Gastos com pessoal	-2.197.590,31	-374.416,96	-1.346.667,72	-15.822,42	-77.643,73	-4.012.141,14
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	-3,42	-14,74	0,00	0,00	-18,16
Outros rendimentos	784,35	48.674,50	213.859,68	0,00	0,00	263.318,53
Outros gastos	-282.189,29	-719,74	-3.514,08	0,00	0,00	-286.423,11
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	629.513,95	-1.492,92	-25.932,87	-16.863,60	-1.951,86	583.272,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-117.553,43	-16.905,80	-98.671,17	0,00	0,00	-233.130,40
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	511.960,52	-18.398,72	-124.604,04	-16.863,60	-1.951,86	350.142,30
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	26,04	110,87	0,00	0,00	136,91
Juros e gastos similares suportados	-11.643,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.643,02
Resultado Antes de Impostos	500.317,50	-18.372,68	-124.493,17	-16.863,60	-1.951,86	338.636,19
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	500.317,50	-18.372,68	-124.493,17	-16.863,60	-1.951,86	338.636,19



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Cardiologia	Consulta Aberta	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	1.370.872,74	3.113.606,60	502.944,70	383.278,73	96.194,72	115.961,21	79.086,55	5.661.945,25
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-95.315,49	-341.295,92	-26.854,61	-20.717,13	-1.545,24	-1.901,95	-1.888,62	-489.518,96
Fornecimentos e serviços externos	-423.550,88	-922.195,81	-301.900,86	-145.906,89	-75.530,37	-93.599,86	-101.232,42	-2.063.917,09
Gastos com pessoal	-859.166,91	-576.779,18	-305.340,43	-254.793,17	-40.537,43	-70.324,08	-90.649,11	-2.197.590,31
Outros rendimentos	784,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784,35
Outros gastos	-63.623,35	-94.664,05	-51.777,91	-33.061,98	-2.947,52	-27.714,28	-8.400,00	-282.189,09
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-69.999,54	1.178.671,64	-182.929,11	-71.200,44	-24.365,84	-77.578,96	-123.083,60	629.514,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-17.275,19	-72.348,80	-8.329,88	-7.520,61	-192,84	-2.213,73	-9.672,38	-117.553,43
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-87.274,73	1.106.322,84	-191.258,99	-78.721,05	-24.558,68	-79.792,69	-132.755,98	511.960,72
Juros e rendimentos similares suportados	-7.472,10	0,00	0,00	-3.979,66		0,00	-191,26	-11.643,02
Resultado Antes de Impostos	-94.746,83	1.106.322,84	-191.258,99	-82.700,71	-24.558,68	-79.792,69	-132.947,24	500.317,70
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	-94.746,83	1.106.322,84	-191.258,99	-82.700,71	-24.558,68	-79.792,69	-132.947,24	500.317,70



7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social

	LAR		LAR		CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
	José L. Castro	Seabra Castro	Seabra Castro	Castro					
Vendas e serviços prestados	291.948,76	382.790,45	382.790,45	37.627,05	84.652,24	36.135,88	41.444,44	874.598,82	
Subsídios, doações e legados à exploração	204.943,80	257.766,28	257.766,28	51.724,27	215.486,50	163.215,11	140.454,05	1.033.590,01	
ISS, IP - Centros Distritais	204.943,80	257.766,28	257.766,28	51.724,27	215.486,50	163.215,11	140.454,05	1.033.590,01	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-80.790,93	-90.932,49	-90.932,49	-14.605,39	-31.896,91	-11.083,19	-18.252,92	-247.561,83	
Fornecimentos e serviços externos	-63.797,08	-75.684,58	-75.684,58	-24.491,97	-34.336,01	-11.709,51	-15.231,16	-225.250,31	
Gastos com pessoal	-428.048,35	-566.434,00	-566.434,00	-90.583,76	-261.601,61	-204.355,19	-170.061,77	-1.721.084,68	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	-4,53	-4,83	-4,83	-2,87	-2,51	-1,44	-1,98	-18,16	
Outros rendimentos	56.435,77	78.730,49	78.730,49	40.498,48	38.194,94	20.763,35	27.911,15	262.534,18	
Outros gastos	0,00	-2.116,92	-2.116,92	-550,41	-846,75	-338,71	-381,03	-4.233,82	
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	-19.312,56	-15.885,60	-15.885,60	-384,60	9.649,89	-7.373,70	5.880,78	-27.425,79	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-21.354,71	-24.024,08	-24.024,08	-23.660,36	-29.632,02	-7.118,24	-9.787,56	-115.576,97	
Resultado Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	-40.667,27	-39.909,68	-39.909,68	-24.044,96	-19.982,13	-14.491,94	-3.906,78	-143.002,76	
Juros e rendimentos similares obtidos	32,88	36,92	36,92	21,89	19,18	10,96	15,08	136,91	
Resultado Antes de Impostos	-40.634,39	-39.872,76	-39.872,76	-24.023,07	-19.962,95	-14.480,98	-3.891,70	-142.865,85	
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Líquido do Período	-40.634,39	-39.872,76	-39.872,76	-24.023,07	-19.962,95	-14.480,98	-3.891,70	-142.865,85	

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por “SCMA” ou “Entidade”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 7.114.483 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.882.475 euros, incluindo um resultado líquido de 338.636 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 11.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da atividade hospitalar desenvolvida, que se encontra regulada pelo Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, a SCMA ainda não procedeu à emissão das faturas dos serviços prestados em 2021, tendo recebido os adiantamentos contratualizados, razão pela qual na apresentação dos saldos à face do balanço, se procedeu à respetiva compensação. Adicionalmente, sublinhamos que na determinação do rédito relativo à valência saúde (nota

7 do Anexo), não obstante a natureza e diversidade da prestação dos serviços, o relacionamento com as entidades contratantes e o elevado nível de estimativas, não é expectável que venham a ocorrer diferenças significativas face para os montantes registados, considerando (i) o facto dos serviços terem sido efetivamente prestados e (ii) o nível de prudência e fiabilidade que as referidas estimativas tem vindo historicamente a revelar.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

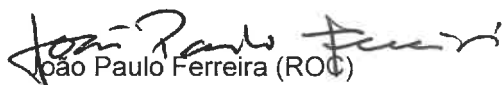
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 17 de março de 2022

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira (ROC)

